

**PROGRAMA DE GOVERNO PARTICIPATIVO  
DE ILHÉUS – BAHIA**

**PROPOSTA DA CANDIDATURA DO  
PARTIDO DOS TRABALHADORES**

**PREFEITA: CARMELITA ÂNGELA  
VICE PREFEITO: MÁRIO AMORIM**

**ILHÉUS – BAHIA  
AGOSTO DE 2016**

## APRESENTAÇÃO

O presente Programa de Governo Participativo objetiva resgatar os esforços de discussão e prática sobre a participação popular no planejamento e gestão de políticas públicas, traduzindo-se em guia das ações e serviços governamentais no âmbito da administração pública no município de Ilhéus, no Estado da Bahia.

A estratégia definida busca fortalecer o protagonismo dos diversos segmentos sociais tendo em vista o empoderamento das comunidades urbanas e rurais na identificação das demandas e proposição de melhorias dos serviços públicos, além da indicação de prioridades nos investimentos em obras de infraestrutura e logística municipal.

O Planejamento de Governo Participativo - PGP ganha particular importância a partir das conquistas de experiências diversas encampadas por gestores comprometidos com os interesses das populações e se constituirá em referência aos métodos e atividades aplicadas durante o processo de campanha eleitoral da candidata Carmelita Ângela, pressupostos norteadores de uma gestão pública democrática, transparente e popular, na Prefeitura Municipal de Ilhéus.

Na cidade de Ilhéus, o PGP foi apresentado como experiência inovadora de sucesso, com execução em curso na administração pública do estado da Bahia, tendo seu lançamento em 29 de maio de 2016, como instrumento de planejamento do desenvolvimento local sustentável e integrado, considerando-se os recortes territoriais urbanos e rurais, assim como os eixos temáticos e setoriais de influência.

Em conformidade com as metodologias recomendadas e conceitos apropriados de construção coletiva do conhecimento, o Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores vem sendo animado pelo engajamento e comprometimento da participação popular, nesse processo de elaboração em curso.

Durante os meses de junho e julho foram realizadas nove Plenárias Públicas em macrorregiões da cidade contemplando diversos bairros e distritos, onde os cidadãos representados tiveram a oportunidade de participar na construção do processo de planejamento em nosso Município.

Esta proposta visa, no atual contexto, atender dispositivos da legislação eleitoral, Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, em particular no seu Artigo 11, § 1º, Inciso IX, que versam sobre o pedido de registro da candidatura e propostas defendidas pela candidata.

## VALORES ASSOCIADOS À INVERSÃO DE PRIORIDADES PARA UM NOVO PARADIGMA DE GESTÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS

- **DEMOCRACIA:** participação, transparência e controle social...
- **AFIRMAÇÃO DE DIREITOS E CIDADANIA:** gênero, geração, etnia...
- **INCLUSÃO SÓCIOPRODUTIVA:** renda, habitação, meio ambiente...
- **ÉTICA NA POLÍTICA:** zelo pela coisa pública, combate à corrupção...
- **BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO:** eficiência, eficácia e efetividade...

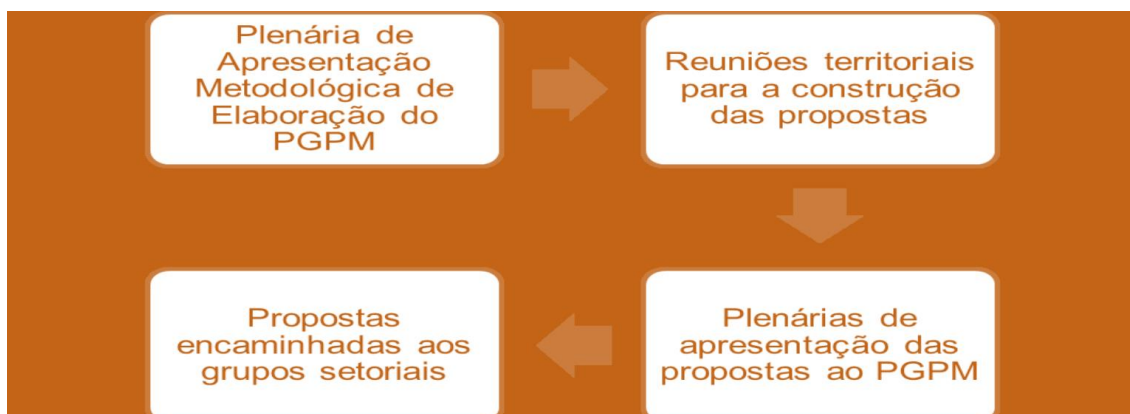
### METODOLOGIA DE TRABALHO

- ✚ A territorialização municipal como base do plano e ação de governo;
- ✚ Escuta das forças vivas do município (os segmentos inseridos no PGPM);
- ✚ Necessidade de contribuição ampla e multipartidária;
- ✚ Os bairros e distritos como vetores de desenvolvimento do município;
- ✚ O local como motor do desenvolvimento;
- ✚ Considerar o município como um todo (ruas, bairros e distritos);
- ✚ Formular propostas, forma de avaliação e sistematização do PGPM
- ✚ Debates instantâneos (“twitter” temáticos): discussão on-line;
- ✚ Fóruns (salas) virtuais de discussão (arquivamento de textos e e-mails)
- ✚ Plenárias de discussão local e aprofundamentos temáticos;
- ✚ Apresentação da síntese presencial das contribuições em plenárias;
- ✚ Contribuições individuais também encaminhadas à coordenação.

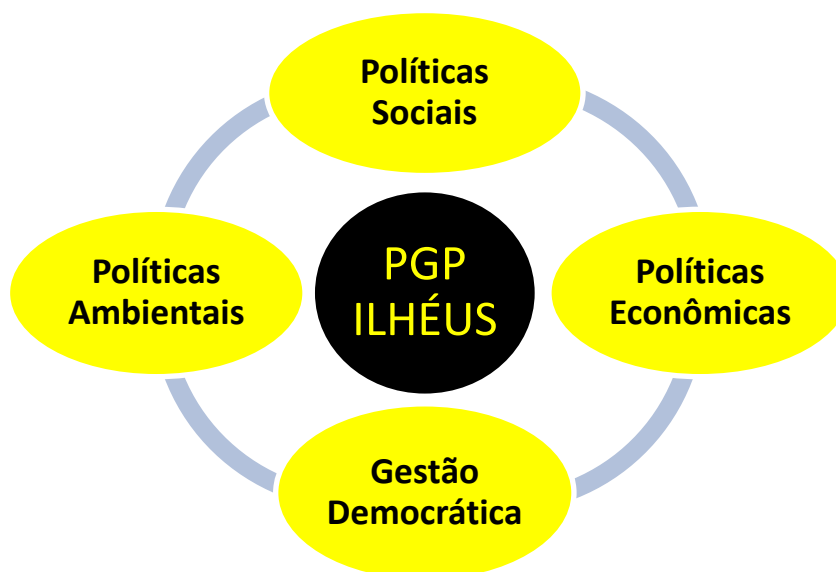
### GRUPOS DE TRABALHO: CONCEPÇÃO E FUNCIONAMENTO



### PLENÁRIAS COMUNITÁRIAS: CONCEPÇÃO E FUNCIONAMENTO



## DIRETRIZES E EIXOS CENTRAIS DO PROGRAMA



### **POLÍTICAS SOCIAIS:**

- Gênero, Igualdade Racial, LGBT;
- Criança e Adolescente, Juventude, Pessoas Idosas e com necessidades especiais;
- Educação, Saúde e Assistência Social;
- Direitos Humanos e Promoção da Cidadania: Habitação, Cultura, Esporte e Lazer;
- Segurança Pública (patrimônio público e parcerias com empresários, estado e união);
- Inclusão Sócio-produtiva – micro crédito, transferência de renda, economia solidária.

### **POLÍTICAS ECONÔMICAS:**

- Infraestrutura** – logística, mobilidade, estradas vicinais, acessibilidade, saneamento, energia, aeroportos e aeródromos, ferrovias, rodovias, urbanismo, rede de celular, TV;
- Setores Produtivos** – indústria, comércio, serviços, emprego, agropecuária, agricultura familiar, economia solidária, cooperativismo, mineração, turismo;
- Ciência, Tecnologia e Inovação** – inclusão digital, tecnologias sociais, inovações na gestão, CT&I no conteúdo da educação e no processo produtivo municipal.

### **POLÍTICAS AMBIENTAIS:**

- Convivência com o Bioma Mata Atlântica** – águas, florestas e biodiversidade;
- Análises de riscos ambientais** – afeto às intervenções no ambiente urbano e rural;
- Gestão das Unidades de Conservação e Áreas de Proteção** – Parque da Esperança, Pedra de Ilhéus e APPs em encostas urbanas, área costeira, manguezais, estuários e rios;
- Saneamento ambiental** – universalização dos serviços de esgoto, coleta e tratamento de lixo e resíduos e, distribuição de água tratada;

### **GOVERNO DEMOCRÁTICO:**

- Controle Social e Participação** - conselhos; consórcios e políticas territoriais;
- Relação Municipalista** – Governos da Bahia e Federal, vereadores e parlamento;
- Democratização** - transparência na gestão e na comunicação;
- Profissionalização** - modernização e valorização do (a) servidor (a) público;
- Reformas Estruturantes** – PDTI, Escritório de Projetos e de Processos.

## **PROPOSTAS DA CANDIDATA CARMELITA À PREFEITURA DE ILHÉUS**

A partir de uma ampla consulta à população de Ilhéus através das plenárias do Programa de Governo Participativo, realizadas em vários bairros da região urbana e distritos da zona rural, numa construção alinhada aos compromissos do Programa Cidades Sustentáveis, apresentamos os compromissos da candidatura de Carmelita à Prefeitura de Ilhéus:

**1. Governança** – Entendemos que a articulação entre o sistema político-administrativo e a participação dos diferentes segmentos da sociedade civil nos espaços de tomada de decisão contribui não só para democratização do sistema como também para o aumento da eficácia e eficiência da gestão dos recursos públicos. Para tanto realizaremos uma reforma administrativa visando uma valorização e melhor alocação dos recursos humanos de que dispõe a Prefeitura, dando melhores condições de trabalho aos servidores públicos. O cidadão poderá acompanhar as ações da Prefeitura através do Portal da Transparência, onde poderá verificar como estão sendo gastos os recursos públicos, o andamento de obras, etc. Também poderá contar com um serviço de acesso online de marcação de consultas, informações e acompanhamento de suas demandas, horários dos ônibus, etc., a exemplo do que já ocorre nas Administrações Democráticas. Implantaremos o Orçamento Participativo em que os cidadãos poderão estabelecer quais as prioridades do seu bairro ou distrito. Será implementado um novo sistema de comunicação pública para propiciar o debate sobre os temas relevantes, contribuindo na construção da cidadania, na consolidação democrática e na participação da sociedade. Garantindo a liberdade de informação e de pensamento para também contribuir com a educação e com a formação de cidadãos em Ilhéus.

Fortaleceremos a participação do controle social dando autonomia aos conselhos municipais.

**2. Bens Naturais Comuns e desenvolvimento rural sustentável** – Ilhéus conta com uma enorme biodiversidade, porém esse patrimônio vem sendo ameaçado pela ocupação desordenada e práticas agrícolas predatórias. A recente crise de abastecimento de água é um alerta para repensar o atual modelo de gestão dos recursos hídricos que não podem continuar sendo pensados apenas como um negócio. É preciso estabelecer uma parceria entre a prefeitura e os cidadãos para recuperação das nascentes e da mata ciliar dos rios e córregos com o reflorestamento das áreas já degradadas.

Vamos dar prioridade ao atendimento à agricultura familiar buscando parcerias para levar tecnologias agroecológicas aos agricultores através de um plano de desenvolvimento rural sustentável com capacitação profissionalizante na produção agrícola e pecuária orgânica, rede de agroindústrias comunitárias, geração de energia renovável em biodigestores coletivos, biofertilização, turismo rural, serviços ambientais e gestão cooperativista, conservando os recursos naturais da Mata Atlântica. Também é preciso melhorar a qualidade de vida da população rural, a começar pela implantação do serviço de água e esgoto em todos os distritos, vilas e povoados. A educação rural deve ser diferenciada, com calendário próprio e integrando os saberes dos alunos na produção do conhecimento escolar. Nesse contexto será incrementado o Programa de Jovens Empreendedores Rurais, como forma de fortalecimento do

protagonismo juvenil e consolidação da sucessão geracional no campo. A implantação de hortas nas escolas é uma forma simples e eficiente de introduzir novas práticas agroecológicas na produção de alimentos orgânicos.

Nada disso será possível sem melhoria das estradas vicinais existentes e abertura de novos acessos, além de uma parceria entre a prefeitura e os produtores rurais para o escoamento e a comercialização da produção.

**3. Economia local dinâmica, criativa e sustentável** – Ilhéus tem um grande potencial de desenvolvimento só muito recentemente explorado que é a transformação de sua diversidade cultural e natural em potenciais para a produção de bens e serviços que levem à geração de empregos e proteção ao meio ambiente. Exemplo disso é a cadeia produtiva do cacau e seus derivados, principalmente o chocolate, que vem conquistando o mercado por seu caráter artesanal e sustentável. Aliado a isso, o governo municipal, com outras instituições de pesquisa e desenvolvimento, deve estimular a produção com certificação de identificação geográfica como forma de impulsionar também a indústria do turismo para além de sua sazonalidade.

O turismo não pode mais continuar dependente apenas de nossas belezas naturais, para tornar-se uma fonte permanente de emprego e renda para milhares de ilheenses deve tornar-se o centro de nossa estratégia de desenvolvimento a longo prazo através da parceria entre o setor público, privado e a comunidade local. Ilhéus tem um grande número de manifestações culturais que precisam ser valorizadas. Nosso compromisso é criar um inventário de nossas manifestações culturais e integrá-las em um calendário turístico do município. Também vamos criar um calendário dos festejos populares, buscando o fortalecimento de nossa identidade cultural e a preservação de nossas tradições. Reativaremos o Conselho Municipal do Turismo e repaginaremos os museus da cidade. Além disso, nossos esforços estarão voltados para: atração de investimentos produtivos e ecologicamente sustentáveis em conjunto com uma política de qualificação de mão-de-obra, principalmente dos jovens, para responder aos novos desafios que se avizinham; fortalecimento dos potenciais já instalados como comércio, serviços, indústria, agricultura e pesca familiar, além de turismo em suas modalidades.

O crescimento de nosso município não pode sobrecarregar ainda mais a infraestrutura que já está praticamente no limite. Vamos criar novos polos de desenvolvimento nos distritos racionalizando o crescimento urbano através da distribuição de equipamentos sociais, saneamento e vias públicas, promovendo uma melhor distribuição da população no território.

#### **4. Políticas de Desenvolvimento Social:**

**4.1. Educação** – O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. No entanto no Município de Ilhéus em 2013 o Ideb caiu de 3,9 (2011) para 3,6 e a partir desta data não houve sequer informação por parte de Secretaria da Educação municipal dos resultados dos anos subsequentes. Percebemos que os índices Municipais (com base nos anos informados) estão longe da meta Nacional que é de 4,3. O déficit nos índices, na zona rural e na urbana, é decorrente da falta de estrutura das escolas, sem bibliotecas, quadras de esporte, acesso à internet, sem equipamentos e recursos didáticos, sem alimentação escolar apropriada e até mesmo sem condições de higiene e na zona rural ainda tem o

agravante da falta do transporte escolar. Além disso, ainda temos um grande número de crianças e jovens em idade escolar que não são atendidos pelo sistema municipal de ensino. Sem contar a falta de estímulo, motivação por parte dos trabalhadores em educação, sem reajuste salarial há quatro anos. Ante a esse quadro caótico, se faz necessária a implementação de ações que visem o melhoramento da qualidade de ensino em toda rede municipal (cidade e campo). Portanto, é prioritário mapear o quantitativo de alunos em idades de frequentar a creche e construir uma ou duas por ano em cada bairro/distrito, considerando a demanda como elemento. Da mesma forma se faz necessário construir escolas decentes, na zona urbana e na zona rural, para atender crianças e jovens que estão fora da escola, levando em conta as condições das Unidades existentes e, de modo especial, para substituir as mais precarizadas, buscando assim a melhoria da qualidade da educação e a ampliação da oferta de vagas. Ainda propomos a construção de CIECs – Centros Integrados de Educação e Convivência como escolas-polo, amplas e bem equipadas, para que as crianças e os jovens se sintam bem acolhidos e felizes na escola. Dentro deste pensamento, vamos garantir a aplicação de políticas públicas sociais que garantam o acesso aos direitos fundamentais, especialmente no que tange ao direito a uma alimentação escolar nutricional e de boa qualidade, e desta forma aumentar gradativamente o turno de permanência da criança na escola com atividades esportivas e artísticas, visando o desenvolvimento integral da criança. É preciso repensar a educação no campo, colocando currículos e calendários específicos, valorizando os saberes e a vida camponesa. A fim de que as verbas da educação sejam geridas com independência e autonomia será implementado na Secretaria de Educação o sistema de Gestão Plena. Além de abrir um processo de discussão com os Trabalhadores em Educação a fim de implementarmos o PME – Plano Municipal de Educação

**4.2. Saúde** – Na saúde, o foco será o fortalecimento dos PSFs – Programa de Saúde da Família, com forte investimento na saúde coletiva e preventiva, prioritariamente das populações mais desprotegidas. Fortaleceremos a organização comunitária, construindo políticas públicas sociais que garantam o acesso aos direitos fundamentais no que tange ao direito à saúde. Construir e reformar postos de saúde nos bairros/distritos, organizando o funcionamento com médicos, enfermeiros, técnicos e funcionários, ampliando a complexidade do atendimento e o tempo de atendimento às pessoas. É preciso reduzir a sobrecarga do Hospital Regional e melhorar o atendimento à população com a criação de duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas, sendo uma na Zona Sul e outra no Teotônio Vilela e colocar a atenção básica para funcionar, fazendo com que os programas do Governo Federal cheguem até a população. Pretendemos consolidar a gestão plena do sistema, promovendo a integração da rede pública com a rede privada contratada, com e sem fins lucrativos.

**4.3. Assistência Social** - Dentro da política da aplicação de políticas públicas para a população ilheense, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) devem intensificar sua atuação na prevenção e tratamento do abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo de álcool, com a criação de casas de tratamento para dependentes químicos e centros de acolhimento aos doentes psiquiátricos que atualmente vivem em situação de completo abandono e vulnerabilidade social vagando pelas ruas da cidade.

**5. Planejamento Territorial** – A falta de planejamento urbano levou ao crescimento desordenado de Ilhéus, trazendo vários problemas ambientais, sociais e de mobilidade. Precisamos urgentemente de uma regularização fundiária e edilícia, tanto urbana quanto rural, que permita que grande parte da população possa ter o título de

propriedade. Em parceria com o Governo Federal, vamos fortalecer os programas de políticas públicas de habitação para retirar as famílias de áreas de risco ou de proteção ambiental garantindo-lhes o direito à moradia digna.

Para garantir essas ações precisaremos revisar e atualizar a legislação complementar do Plano Diretor Urbano Municipal.

**6. Mobilidade Urbana** – A construção de uma nova ponte no Pontal e novas vias públicas, são marcos importantes para melhoria da mobilidade urbana, mas não serão suficientes sem um forte investimento no transporte público, reduzindo o intervalo dos ônibus nos bairros e distritos. É igualmente fundamental a construção de ciclovias que garantam a segurança dos ciclistas e incentivem essa forma de locomoção ecologicamente sustentável. Melhorar os acessos, principalmente para pessoas com necessidades especiais; as condições de habitação nas áreas críticas e possibilitar que veículos em geral possam trafegar.

Repensar os meios de transporte, além do ônibus aproveitando os recursos hídricos, tendo mais atenção com os espaços públicos, principalmente onde o comércio se concentra. Além disso, é preciso enfrentar a questão da regularização do transporte alternativo que não pode mais ser tratado apenas como caso de polícia, favorecendo as empresas monopolistas que atuam no setor.

**7. Serviços Urbanos e Sustentabilidade** – uma cidade com um enorme potencial turístico como Ilhéus não pode descuidar da iluminação, da limpeza urbana e de sua responsabilidade ambiental. Implantaremos a coleta seletiva do lixo, reduzindo o volume de resíduos gerados em nossa cidade, aproveitando o lixo através de reciclagem industrial gerenciada por cooperativa de catadores (coleta, beneficiamento e comercialização).

Precisamos rever o projeto das Centrais de Abastecimento, melhorando o acesso e resolvendo o problema da higiene sanitária dentro e no entorno.

**8. Cultura e Esporte** – É preciso considerar a dimensão cultural como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável. Infelizmente, a rica diversidade das produções culturais da cidade se desenvolve, atualmente, completamente à margem do poder público. Temos grandes centros de excelência em produção teatral, dança, música e literatura que sobrevivem sem nenhum apoio do governo municipal. A valorização da cultura local nos põe em contato com a nossa herança histórica e a geração de riquezas para o município. A criação de editais que incentivem a diversidade das manifestações culturais da população ilheense é uma forma já adotada com sucesso em vários municípios do Brasil e que implantaremos, juntamente com a democratização do Conselho Municipal de Cultura. Além disso, vamos criar Centros Culturais Comunitários em regiões estratégicas, prioritariamente no campo, como espaços de encontro, lazer e cultura. O esporte também terá especial atenção através do incentivo à prática esportiva nas escolas e criação de centros esportivos para o desenvolvimento de jovens talentos em conjunto com o Ministério do Esporte.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de Planejamento Participativo no atual contexto do município de Ilhéus permite-nos discutir sobre os alcances e limites da ação de um governo democrático, transparente e popular, no sentido de estimular, fortalecer e abrir espaços para que a população, organizada ou não, assuma efetivamente um papel de corresponsabilidade na gestão pública municipal.

Numa visão mais contemporânea, a consolidação de uma sociedade democrática se dá a partir do reconhecimento de que há diferentes níveis e graus de participação popular, demandando melhor juízo no reconhecimento e adoção de diferentes formas e mecanismos institucionais para se harmonizar as relações com a população no exercício do poder compartilhado.

Esses canais disponíveis podem ser permanentes, eventuais, setoriais, globais, regulamentados, normatizados, deliberativos, consultivos, de fiscalização e de monitoramento, dentre outros. Vale também considerar o peso que jogam as relações do poder municipal com o poder estadual e federal na obtenção de respostas efetivas às demandas que incidem diretamente sobre o poder local, tendo em conta ser a instância federativa mais próxima do cidadão.

Sem dúvidas, os esforços desenvolvidos no sentido da maior inserção possível das comunidades nos debates, bem como da aplicação de métodos didáticos para se tornar transparentes as ações e os mecanismos de funcionamento do governo municipal facilitaram a apropriação por parte da população, das informações necessárias para o exercício de propor, acompanhar e controlar a gestão pública.

Como elemento central de análise para uma mudança de postura na governança pública, sugere-se necessariamente, além de uma profunda revisão dos paradigmas de planejamento e gestão, uma mediação da educação popular e da comunicação, concebidas como meios para a criação de uma nova pedagogia na relação entre um governo democrático e popular e a população organizada ou não.

Ilhéus (Ba) agosto de 2016